

GRITO DOS/AS EXCLUÍDOS/AS

HISTÓRIA



GRITO DOS/AS EXCLUÍDOS/AS
BOA VISTA, RORAIMA/2003

HISTÓRIA

COMO SURTIU? COMO SE CONSTRÓI?

A proposta do Grito dos Excluídos e Excluídas surgiu em 1994, a partir do processo da 2ª Semana Social Brasileira, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), cujo tema era *Brasil, alternativas e protagonistas*, inspirada na Campanha da Fraternidade de 1995, e lema: *A fraternidade e os excluídos*.

Entre as motivações que levaram à escolha do dia 7 de setembro para a realização do Grito dos/as Excluídos/as estão a de fazer um contraponto ao Grito da Independência. O primeiro Grito dos Excluídos/as foi realizado em 7 de setembro de 1995, tendo como lema *A vida em primeiro lugar*, e ecoou em 170 localidades.

A partir de 1996, o Grito foi assumido pela CNBB que o aprovou em sua Assembleia Geral, como parte do PRNM (Projeto Rumo ao Novo Milênio - doc. 56 nº 129). A cada ano, se efetiva como uma imensa construção coletiva, antes, durante e após o Sete de Setembro.

Mais do que uma articulação, o Grito é um processo, é uma manifestação popular carregada de simbolismo, que integra pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos. Ele brota do chão, é ecumênico e vivido na prática das lutas populares por direitos.

A proposta não só questiona os padrões de independência do povo brasileiro, mas ajuda na reflexão para um Brasil que se quer cada vez melhor e mais justo para todos os cidadãos e cidadãs. Assim, é um espaço aberto para denúncias sobre as mais variadas formas de exclusão.

MARCAS DO GRITO

A Criatividade, a Metodologia e o Protagonismo dos Excluídos são marcas do Grito, que privilegia a participação ampla, aberta e plural. Os mais diferentes atores e sujeitos sociais se unem numa causa comum, sem deixar de lado sua especificidade.

Criatividade/Ousadia

A cada ano, o Grito tem um lema nacional, que pode ser trabalhado regionalmente, a partir da conjuntura e da cultura locais. As manifestações são múltiplas e variadas, de acordo com a criatividade dos envolvidos: caminhadas, desfiles, celebrações especiais, romarias, atos públicos, procissão, pré-Gritos, cursos, seminários, palestras, teatro, forrós...

Protagonismo dos Excluídos

É fundamental que os próprios/as excluídos/as assumam a direção do Grito em todas as fases – preparação, realização e continuidade, o que ainda é um horizonte a ser alcançado.

PARCERIAS

O Grito foi concebido para ser um processo de construção coletiva. Hoje compõem a Coordenação Nacional: Comissão 8 da CNBB, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Cáritas Brasileira (CB), Central dos Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

(CNTE), Pastoral Operária (PO), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Romaria dos/as Trabalhadores/as, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Rede Jubileu Sul Brasil, Juventude Operária Católica (JOC), Pastoral Afro Brasileira (PAB), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM), Rede Rua, Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude (PJ), Pastoral Carcerária (PCR), Serviço Franciscano de Assistência (SEFRAS) e continua aberto a quem quiser comprometer-se com o Grito.

POR QUE O 7 DE SETEMBRO?

Desde 1995, o Grito dos/as Excluídos/as acontece no dia 7 de setembro, dia oficial da comemoração da independência do Brasil. Nada melhor do que esta data para refletir sobre a soberania nacional, que é o eixo central das mobilizações do Grito.

Nesta perspectiva, o Grito se propõe a superar um patriotismo passivo em vista de uma cidadania ativa e de participação, colaborando na construção de uma nova sociedade, justa, solidária, plural e fraterna. O Dia da Pátria, além de um dia de festa e celebração, vai se tornando também em um dia de consciência política de luta por uma nova ordem nacional e mundial. É um dia de sair às ruas, comemorar, refletir, reivindicar e lutar. O Grito é um processo, que compreende um tempo de preparação e pré-mobilização, seguido de compromissos concretos que dão continuidade às atividades.

O Grito dos/as Excluídos/as não se limita às ações do dia 07 de setembro, mas é um processo que acontece antes, durante e depois de setembro. Esse processo de reflexão mobilizações acontece por meio de reuniões, lutas específicas do dia a dia, debates, formação de lideranças que ocorrem durante o ano e tem seu tempo mais forte no mês de setembro.

SUGESTÕES DE COMO ORGANIZAR O GRITO

- Reunir ou criar uma equipe animadora e ou organizadora que chame as reuniões, encontros de preparação, tanto local como estadual, garantindo a participação dos/as excluídos/as;
- Trabalhar a organização do Grito dos/as Excluídos/as articulada com os movimentos e as lutas do dia a dia, garantindo a criatividade no antes, durante e no depois do Sete de Setembro;
- Realizar uma coletiva de imprensa para divulgar o Grito;
- Escolher um símbolo que represente o lema do Grito;
- Priorizar uma linguagem criativa e simbólica (música, teatro, poesia, redação, exposições, feiras, etc.).

ESTRUTURA ORGANIZATIVA

O Grito dos/as Excluídos/as conta com uma Coordenação Nacional, Secretaria Nacional, Coordenações locais e estaduais. O diferencial é a rede de articuladores/as e voluntários/as espalhados/as pelos rincões do Brasil, que ajudam animar o processo de construção do Grito.

O Grito dos/as Excluídos/as tem uma organização diferente. Não tem personalidade jurídica própria, não tem sede própria, nem funcionários. O trabalho é desenvolvimento em parceria e conta com voluntários e militantes, o que representa uma das riquezas do Grito. A Secretaria Nacional funciona na

sede do SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes. Para efeitos de prestação de contas, uma das entidades que fazem parte da coordenação nacional responde como pessoa jurídica.

OBJETIVOS

Geral

PROMOVER a vida e anunciar a esperança de um mundo justo, valorizando e construindo ações a fim de fortalecer e mobilizar a classe trabalhadora, os povos indígenas e quilombolas nas lutas populares, denunciando a estrutura opressiva e excludente da sociedade e do sistema capitalista.

Específicos

DEFENDER a vida dos/as excluídos/as, assegurar os seus direitos, voz e lugar;

CONSTRUIR espaços e ações organizadas politicamente a fim de fortalecer e mobilizar a classe trabalhadora, povos indígenas e quilombolas e o povo em geral, a construir um novo projeto de sociedade igualitária;

DENUNCIAR as estruturas opressoras da sociedade, as injustiças cometidas pelo atual modelo econômico neoliberal, como a concentração de renda, a criminalização dos movimentos, dos defensores e defensoras dos direitos humanos e das lutas populares;

OCUPAR os espaços públicos e exigir do Estado a garantia do acesso e a universalização dos direitos básicos como educação, segurança pública, saúde, transporte, alimentação saudável, saneamento básico, moradia;

COBRAR dos governantes uma auditoria integral da dívida pública (interna e externa) que consome aproximadamente 45% do nosso dinheiro (orçamento federal) pagando juros e amortizações aos especuladores.

EIXOS DO GRITO 2018

1. DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

No Brasil, quem detém a mídia tem poder sobre a opinião das pessoas. Embora a comunicação social seja um bem público cedido pelo Estado, ela está nas mãos de um pequeno grupo de famílias que se utiliza dela para atender seus interesses de classe e de lucro.

O oligopólio familiar das emissoras de televisão, rádios, jornais, revistas, portais de internet dificultam a entrada de outros canais comprometidos com o interesse público. A mídia conservadora teve um papel importante no golpe

“democrático” no Brasil, em 2016, e estabeleceu uma agenda de retrocessos nos direitos da classe trabalhadora.

Denunciamos esse modelo concentrador de mídia e comunicação e exigimos a regulamentação, assim como um processo transparente e democrático na concessão de canais por parte do Estado.

2. NENHUM DIREITO A MENOS

As elites no Brasil sempre usaram de artimanhas para garantir o domínio, acúmulo de riquezas e lucro à custa do povo. Vivemos um momento de total desrespeito aos direitos fundamentais à vida e à dignidade. Nossa história é marcada pela violência e dominação através da guerra e extermínio dos povos originários (indígenas, negros e quilombolas), dos pobres, das mulheres e das juventudes. O acesso, ampliação e universalização dos direitos fundamentais conquistados e garantidos na Constituição Federal de 1988, e que não foram plenamente implementados e universalizados, hoje estão sendo ameaçados e retirados pelo endividamento público.

Em nome da crise econômica, o governo golpista de Michel Temer ataca direitos básicos dos trabalhadores e trabalhadoras, através de corte e congelamento por 20 anos dos investimentos sociais, beneficiando ao sistema financeiro transnacional; das reformas da previdência e trabalhista, que abrem um leque para privatizações dos serviços básicos, privilegiando as empresas que vão operar tais serviços, em um verdadeiro assalto aos direitos sociais.

Vamos nos juntar e fortalecer a luta e a resistência contra qualquer retrocesso e ameaça aos nossos direitos. Nenhum direito a menos! A rua é o nosso lugar!

3. ESTADO FOMENTADOR DE VIOLÊNCIAS

A política do Estado mínimo imposta pelo sistema capitalista fomenta as várias situações de violência, porque busca a acumulação de capital, em detrimento das políticas sociais. A primeira situação de violência refere-se ao descaso com a qualidade dos serviços oferecidos (água, saneamento, educação, saúde, transporte, etc.), por vezes terceirizados e precarizados. A segunda é quando o Estado destrói nossos territórios, degrada e mata, gera violência e criminaliza as lutas e os lutadores/as, como no desastre de Mariana/MG.

A terceira situação é a criação de estratégias para acabar com as poucas leis ou mecanismos específicos de proteção: Estatuto da Criança e do Adolescente, do Idoso; Estatuto da Juventude; Lei Maria da Penha, políticas afirmativas, que indicam claramente as desigualdades sociais e vulnerabilidades existentes, numa espécie de “epidemia de indiferença”.

A violência é justificada como forma para o Estado funcionar, ela é “silenciosa” e seletiva com os setores vulneráveis da sociedade a fim de controlá-los. O sistema capitalista exclui a juventude negra, pobre e da periferia, degrada o meio ambiente e mata negros, mulheres, índios, quilombolas, os (i) migrantes e pessoas LGBT(s). Sem contar outras inúmeras vítimas como: os trabalhadores com deficiência, os trabalhadores rurais, os sem-terra e sem teto, os desempregados, acidentados no trabalho, os idosos... como bem denuncia a Campanha da Fraternidade deste ano de 2018, com o tema “Fraternidade e

superação da violência”. E, como sinal de “vergonha nacional” todas estas situações são agravadas pela parcialidade do Judiciário.

4. QUE PROJETO DE PAÍS DESEJAMOS? QUE ESTADO QUEREMOS?

O Estado sempre foi alvo de assédio e disputa pelos donos do capital para lhes garantir acessos, facilidades e proteção. Por isso, a corrupção não é uma novidade, nem no Brasil, nem em lugar algum do mundo, ela faz parte do sistema. Portanto, não basta apostarmos somente em eleições, devemos nos desvencilhar desta armadilha e refletir sobre: Que Estado queremos? Que país desejamos?

Queremos uma nação que sustente um projeto comum, que garanta o desenvolvimento econômico, não dos grandes empresários, das instituições milionárias, mas sim do povo trabalhador. Com distribuição de renda de forma igualitária, garantia de fato dos direitos a todos e todas, especialmente os/as mais vulneráveis e excluídos/das. Um Estado que olhe com atenção aos pequenos/as produtores, à agricultura familiar, à indústria nacional, à educação pública, gratuita e de qualidade. Que fortaleça, promova e universalize o SUS, desenvolva a pesquisa e a ciência; facilite o acesso à cultura, à habitação, à terra, ao trabalho, à alimentação.

5. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA É EMANCIPAÇÃO POPULAR

Sob um governo golpista e ilegítimo, as experiências coletivas estão em xeque. Podemos ver nestes últimos anos um grande grito de urgência que tem ecoado entre nossos movimentos populares e sociais, partidos, sindicatos e grupos que lutam pela vida, contra as desigualdades e os privilégios. Precisamos retornar às nossas bases, formando e construindo caminhos coletivos para enfrentar este sistema que nos oprime violentamente.

Reconstruímos o país com as Diretas Já, elaboramos uma avançada Constituição Cidadã, conquistamos vários direitos que hoje estão ameaçados. Isso indica que não há um modelo pronto. Devemos repensar os métodos, a pedagogia do trabalho de base e, principalmente, retomar com nova linguagem, novo jeito de dialogar, nos apropriando dos instrumentos de comunicação que dispomos.

Devemos romper com a lógica de pensar a participação a partir de processos de representação eleitoral, de cargos públicos eletivos, sem descartá-la, mas dando a ela um novo significado. Sabemos que o trabalho de base de pequenos grupos é de vital importância para o processo de emancipação, formação de lideranças populares e construção da participação política efetiva do povo trabalhador na sociedade. Então, vamos reforçar este trabalho. Precisamos ressignificar os espaços de participação históricos: os plebiscitos, referendos, conselhos gestores, orçamento participativo e etc.

A participação política é fundamental para provocar processos de mudanças estruturais, na construção de uma sociedade, de um estado e um país verdadeiro soberano, justo e equitativo.

6. UNIR GENEROSAS/OS NAS RUAS

A rua traz consigo dois sentidos: pode ser um ambiente de acolhimento, mas também de abandono e perigo. Toda a violência sofrida pela periferia, sobretudo a policial, provoca o medo das pessoas de frequentar a rua como um

espaço de convivência e de uso coletivo, o que nem sempre é uma preocupação em alguns bairros de classe média.

Com muita persistência, alguns coletivos, indivíduos e organizações vêm ressignificando o que é ocupar a rua e os sentidos que isso implica na vida cotidiana das pessoas. O que acontece com diversos grupos que atuam a partir de linguagens artísticas e mostram seu trabalho, conseguindo se organizar politicamente e transformar a realidade local. Mostrando a arte como resgate da cultura, das tradições, das raízes e de nossa identidade de povo brasileiro e também como expressão de uma linguagem rica, forte e universal.

Vamos para as ruas não só para lutar, mas também para celebrar as vitórias que conquistamos, em nível nacional e mundial. Ocupar a rua é vivenciar, é resgatar nossas lutas, é sentir, é olhar o outro sem (pré)conceitos, racismo, machismo, homofobia, é olhar o outro na sua integralidade e como companheiro/a de trincheira.

Não deixemos mais o sistema incorporar e abrir um abismo entre nós e nossos companheiros e companheiras de caminhada, nos alerta o Papa Francisco. Vamos nos misturar todos de novo, porque, juntos, generosas e generosos vão conseguir pensar um projeto de sociedade mais democrático, em que todos e todas tenham voz, vez e lugar.

7. MÃE TERRA: NOSSA CASA COMUM

Ainda sentimos os ecos da Campanha da Fraternidade de 2017 que trouxe para a reflexão os biomas brasileiros, as ameaças a que estão submetidos e a convocação para lutar em sua defesa. Falar de bioma não é só falar de plantas, animais, fungos e as relações entre si, mas também inclui os seres humanos. Cada bioma é um grande conjunto de pequenos ecossistemas que reúne uma comunidade de seres vivos de todo o tipo em um único território.

Denunciar e lutar contra a destruição dessa comunidade é lutar por nossa casa comum, pela vida em toda a sua integralidade, pelo Planeta, “que sofre em dores de parto”. O agronegócio empobrece o solo, polui as águas e leva perigo a todo o ecossistema. O monocultivo, os agrotóxicos, os transgênicos, a exploração irracional das florestas e a atividade mineradora podem causar desastres criminosos - como o de Mariana (MG) e toda a Bacia do Rio Doce e, mais recentemente, da Zona da Mata, que poluiu o Ribeirão Santo Antônio, também em Minas Gerais, e o vazamento de rejeitos da empresa Hydro Alunorte, em Barcarena, no Pará – deixam críticas as condições de vida e contribuem para a mudança climática.

A destruição faz parte do sistema ganancioso de acumulação e lucro do capital. A vida, as abelhas, as plantas, tudo vira uma mercadoria. Temos que destacar também os inúmeros casos de mercantilização da água que se multiplicam no Brasil há décadas, porém feitos à revelia do Estado. Atualmente é o próprio Estado que patrocina a visão monetária sobre a água através da privatização e de políticas de concessão de administração das empresas distribuidoras, retirando dela o seu caráter público e de um direito humano inalienável.

O Bem Viver é parte de uma longa busca de alternativas forjadas no calor das lutas indígenas e populares. São propostas invisibilizadas por muito tempo, que agora convidam a romper com conceitos assumidos como indiscutíveis. São ideias surgidas de grupos marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados.

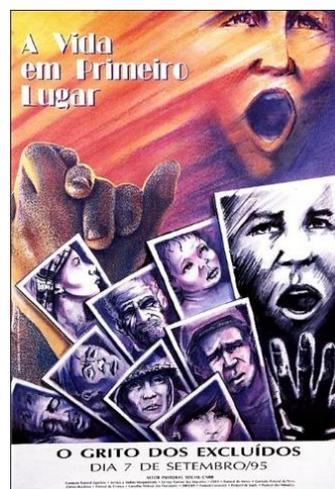
Por tudo isto, devemos lutar pelas mudanças desse sistema que exclui, degrada e mata, assim como lutam os diversos movimentos de resistência ecológica para a vida em abundância. É preciso resistir: pela nossa história, pela vida do Planeta, por “Vida em primeiro lugar” na nossa Casa Comum!

CARTAZES/LEMAS

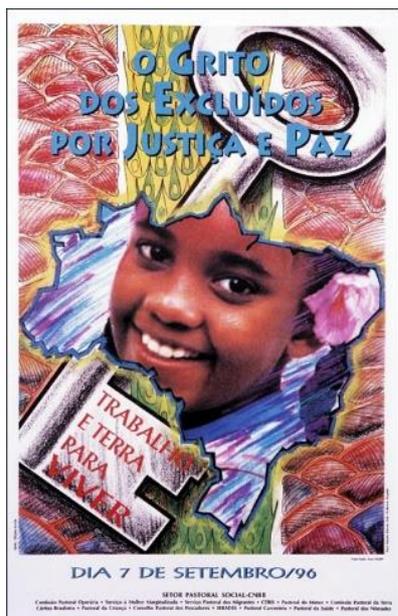
1995

A Vida em primeiro lugar

Em 1995, o lema do 1º Grito dos/as Excluídos/as: **A Vida em primeiro lugar**. A iniciativa surgiu das Pastorais Sociais em 1994, em vista da Campanha da Fraternidade, que apresentava o tema: “A fraternidade e os excluídos”. Aconteceu em mais de 170 cidades e teve como símbolo uma panela vazia.



1996



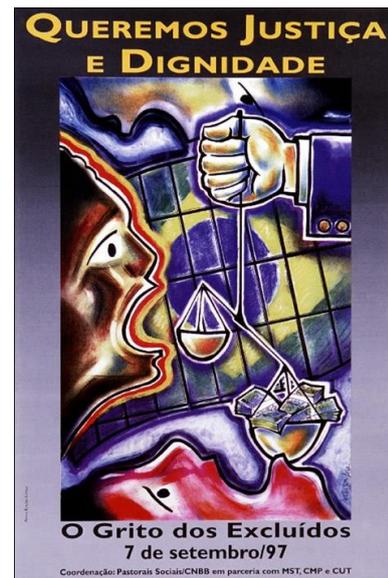
Trabalho e Terra para viver

Neste ano, o Grito passou a fazer parte do Projeto Rumo ao Novo Milênio, com a aprovação dos bispos do Brasil, em assembleia da CNBB. A Campanha da Fraternidade foi sobre política. As parcerias foram ampliadas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central de Movimentos Populares (CMP) passaram a integrar a coordenação nacional. Foram realizadas manifestações em 300 cidades. O símbolo do Grito foi uma chave, estimulando à reflexão de que o trabalho é a chave da questão social.

1997

Queremos justiça e dignidade

Acompanhando a Campanha da Fraternidade que refletiu a questão dos encarcerados, o Grito aconteceu em cerca de 700 cidades.



1998

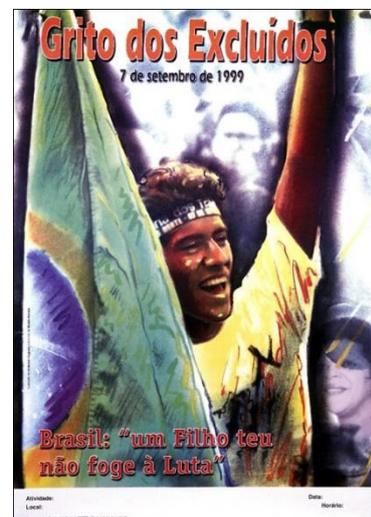
Aqui é o meu país

O Grito trabalhou o tema da Campanha da Fraternidade sobre a **Educação**, e seguiu ampliando as parcerias, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. As manifestações ocorreram em mais de 1000 cidades. O símbolo foi uma sacola vazia com os dizeres: "A ordem é ninguém passar fome".

1999

Brasil: um filho teu não foge à luta

A organização coletiva do Grito dos/as Excluídos/as contou com a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Neste ano o Grito rompeu fronteiras e aconteceu, no mês de outubro, em vários países da América Latina e do Caribe.



2000

Progresso e Vida Pátria sem Dívida\$

Junto com a realização do Plebiscito Nacional da Dívida Externa em todo Brasil, o Grito reforça o fato de que, apesar das dificuldades, nosso povo não tem parado de lutar, buscando conquistar a independência, dividir o poder e a riqueza e construir uma Pátria livre. Um Brasil com igualdade e justiça social. A experiência do Grito continuou e ganhou caráter continental.



2001

Por amor a essa Pátria Brasil

No contexto da economia globalizada e da pressão dos organismos financeiros internacionais, o Grito enfoca a soberania e independência nacional. Frente à globalização da economia, propõe a globalização da solidariedade, no sentido de manter vivos e ativos os sonhos, esperanças e utopias. Também valoriza os tesouros da cultura popular, o protagonismo dos excluídos e incentiva a criatividade, bem como a construção de um projeto popular para o Brasil.

2002

Soberania não se negocia

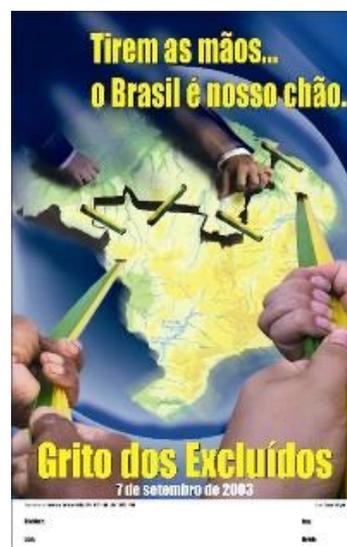
O Grito aconteceu por ocasião da realização do Plebiscito Nacional contra a ALCA, em todo o Brasil, momento este de tentar manter a soberania nacional, face a imposição do capitalismo norte-americano nos países da América Latina e seus povos. A luta e organização é a favor de uma nação livre, soberana e independente e por uma economia fundamentada na justiça, na solidariedade e na paz. O Grito denunciou que a Pátria estava sendo negociada, na ALCA, sem o conhecimento do povo do que está sendo comprometido. Cada voto do plebiscito significou uma voz e um Grito.



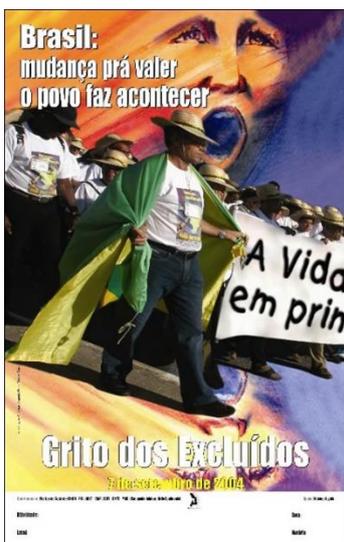
2003

Tirem as mãos... o Brasil é nosso chão

O Grito ecoa na defesa das riquezas naturais do Brasil e da vida dos brasileiros e brasileiras contra os ataques de um neoliberalismo, cada vez mais exacerbado, e questiona a política econômica do país que compromete a soberania nacional e gera, a cada ano, mais exclusão social. Também grita em defesa da vida e da população sufocada pela pobreza, desemprego, violência. Anuncia valores e caminhos novos em função da construção de uma sociedade nova. O conceito de soberania pressupõe relações internacionais e que cada país deve manter sua postura de nação livre e autônoma.



2004



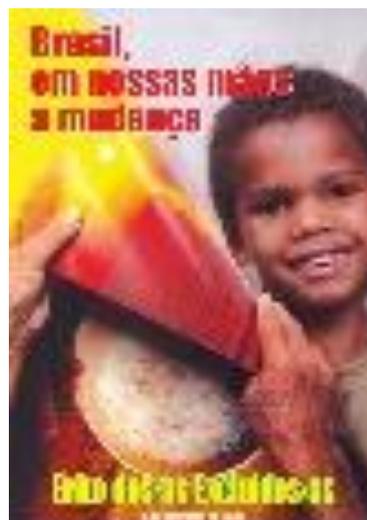
Brasil: Mudança pra valer, o povo faz acontecer

O lema trouxe o desafio da articulação e construção coletiva do Brasil que queremos e que a mudança não seja apenas uma palavra retórica. Mas uma ação sócio-política em marcha, com milhares de outras iniciativas, que pretendem apontar ou fortalecer caminhos alternativos para a concretização da utopia de uma sociedade justa solidária. Discute No período de 7 de setembro a 3 de outubro, o povo foi chamado a intensificar a campanha "Meu voto é contra a Alca, Livre Comércio, Dívida e Militarização", com o objetivo de politizar as eleições e estimular o debate.

2005

Brasil: em nossas mãos a mudança

Como símbolo: a panela vazia. Ou seja, após tomarmos consciência dos direitos de cidadania, da necessidade de um novo rumo à política econômica, da complexidade da globalização e da urgência das mudanças – trata-se agora de tomar o projeto em nossas próprias mãos. Neste ponto, convém salientar que o Grito não caminha só, mas em articulação com outras iniciativas que lutam igualmente por mudanças na sociedade. Entre elas, vale destacar as Semanas Sociais Brasileiras, a Campanha contra a ALCA, a Consulta Popular, o Grito Continental, o Mutirão contra a fome e a miséria, a Campanha da Fraternidade, e assim por diante.



2006



Brasil: na força da indignação, sementes de transformação

Destacou-se os três ingredientes que formaram o conteúdo do lema: a força da indignação, as sementes e a transformação social, na busca da construção de uma pátria forte, justa e soberana.

2007

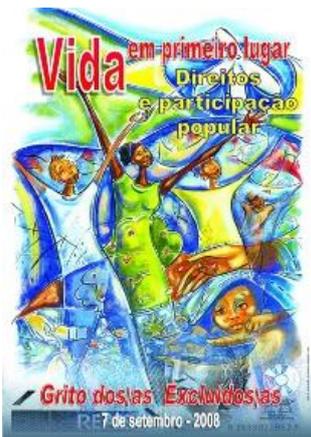
Isto não Vale! Queremos Participação no destino da Nação

Nos leva a refletir o que vale e o que tem valor e o que não vale, o que não tem valor para a construção do projeto popular para o Brasil. Com certeza não vale: o neoliberalismo; a atual política econômica: não realiza a reforma agrária; a crescente exclusão social, a fome, a privatização do público; modelo econômico; a corrupção, a



impunidade, a guerra, a violência, as ocupações militares como no Iraque e no Haiti. Com certeza o que vale e o que tem valor: o protagonismo popular; os grupos de base; a generosidade, a confiança, a solidariedade, a ética, a transparência, a amizade, partilha, a alegria, enfim o que vale é a dignidade da vida. E por fim o desafio de realizar o Plebiscito Popular pela Anulação do Leilão da Vale, rediscutindo as privatizações e a redução das taxas de energia. Bem como realizar a formação e organizar pequenos grupos na base.

2008



Vida em primeiro lugar: direitos e participação popular

Pessoas em movimento, com bandeiras se misturando à natureza e à cidade. Elementos da água e terra e imagem em destaque de uma criança ao lado de uma pessoa ajudando outra em situação de exclusão. Ambas sendo sustentadas por uma grande mão. Outras mãos retiram lixo do rio (abaixo à esquerda) e uma outra mão semeando a vida (abaixo à direita)

2009

Vida em primeiro lugar: A força da transformação está na organização popular

O lema nos convoca e desafia a pensar e discutir com a sociedade atual a crise do capitalismo, que mais uma vez deixa a conta para os pobres pagarem, e a necessidade de construir um novo projeto de sociedade onde a dignidade da vida esteja em 1º lugar.

Vida digna e justa é mais do que mera sobrevivência, exige mudança e condições reais que garantam as aspirações básicas do ser humano.



2010



Vida em primeiro lugar: Onde estão nossos direitos? Vamos às ruas para construir um projeto popular

O lema nos chama a discutir dois pontos: a vida e os direitos. Destacamos a violência que vem exterminando a juventude brasileira; a Campanha da Fraternidade deste ano; o processo eleitoral, centrando a discussão em critérios éticos para a construção de uma democracia popular. E a participação no Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra, que pauta um dos temas cruciais para a construção de um verdadeiro Projeto Popular: a questão fundiária e agrária do

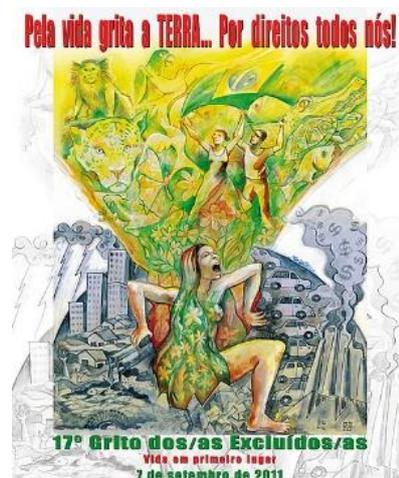
país. Em ano eleitoral, trata-se de levar os candidatos a se pronunciarem sobre o tema, sabendo que a bancada ruralista, no Congresso Nacional, constitui historicamente um dos setores mais retrógrados e avessos a mudanças substanciais.

2011

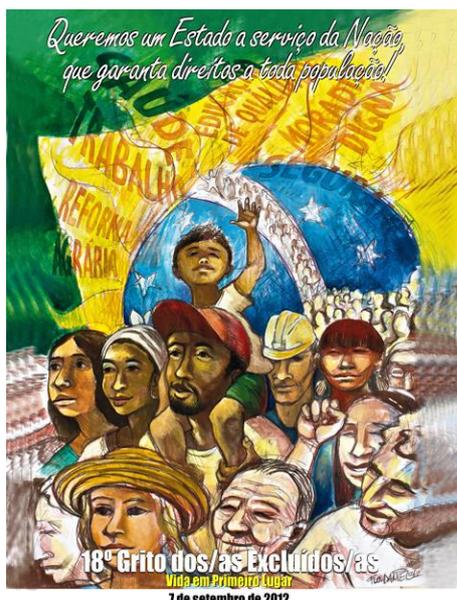
Vida em primeiro lugar! Pela vida grita a TERRA... Por direitos, todos nós!

O lema nos chama a discutir em caráter nacional e global. O grande desafio é passar de um modelo de exploração, que visa tirar o máximo de lucro da natureza e da força humana, a um novo modelo de cuidado, preservação e cultivo da vida. Modelo que prima pela convivência justa, solidária e fraterna, em relações de convivência com as demais formas de existência, permitindo que a Terra se converta numa fonte perene de vida. Prevalece a necessidade de apoiar e fortalecer todas as iniciativas populares que buscam reciclar e reorganizar a relação dos seres humanos com a

biodiversidade do Planeta. Em nível global, somos convidados a uma rede de solidariedade, onde os direitos básicos dos seres humanos se complementam com políticas amplas e abrangentes de preservação e respeito ao meio ambiente, priorizando o desenvolvimento sustentável.



2012



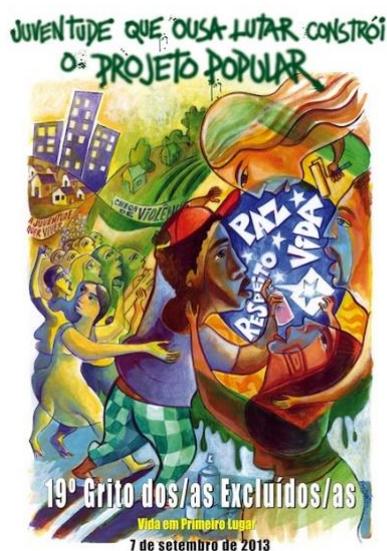
Queremos um Estado a serviço da Nação, que garanta direitos a toda população!

A 18ª edição do Grito dos Excluídos nos convida a debater o papel do Estado, que deve estar a serviço das necessidades básicas da população, um Estado que deve levar em conta os gritos que irrompem do chão, dos porões da sociedade, das ruas e campos, do cotidiano dos trabalhadores e suas famílias. O lema nos permite compreender que o Estado hoje não vê e não ouve o clamor que vem das bases, está permeado pela corrupção e por uma relação, muitas vezes, promíscua entre os diferentes poderes.

2013

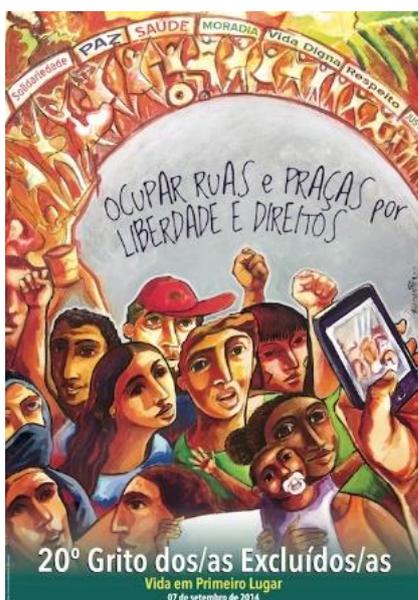
Juventude que ousa lutar constrói o projeto popular

O lema nos insere nos debates da 5ª Semana Social Brasileira quem tem como tema *Estado para que e para quem?* Também repercute os gritos que ressoaram por todo o país no mês de junho. Centenas de milhares de pessoas soltaram no ar reivindicações e protestos há muito sufocados e reprimidos. Em sintonia com a Campanha da Fraternidade de 2013 – Fraternidade e Juventude. É no bojo desse processo que se engendra o chamado Projeto Popular para o Brasil. Projeto que, como sabemos, não nasce em laboratório, nem pela ação de alguns iluminados. Em verdade, ele já está em curso, nos milhares de iniciativas de combate por uma sociedade justa, solidária, social e ecologicamente sustentável.



2014

Ocupar ruas e praças por liberdade e direitos



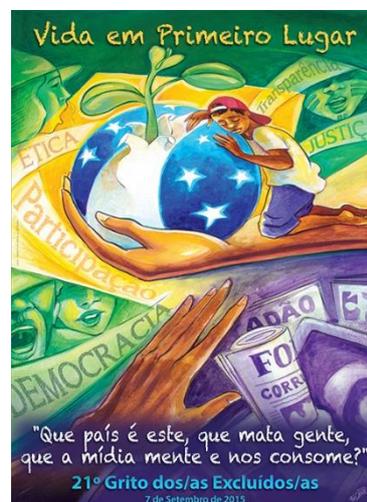
Nos remete ao ano de 2013 que mostrou um vasto mosaico de manifestações populares e mal-estar social, juventude crítica e ativa e ocupação de ruas e praças. Para 2014, o desafio é incorporar três temperos de uma mistura explosivamente positiva na construção de um projeto popular para o país – na linha dos debates da 5ª SSB, *Estado para que e para quem?*; CF- *Fraternidade e Tráfico Humano*. E parafraseando o clima de expectativa, em vista da Copa do Mundo e Olimpíadas, não basta assistir das arquibancadas o desenrolar do jogo, é necessário entrar em campo – “ocupar as ruas e praças” – e participar de forma, patrioticamente

ativa, nas decisões. Exigir o “padrão Fifa” não só para estádios, infraestrutura e eventos, mas, sobretudo, para os direitos básicos da população de baixa renda: terra e trabalho, educação e saúde, transporte e segurança, alimentação de qualidade, entre outros.

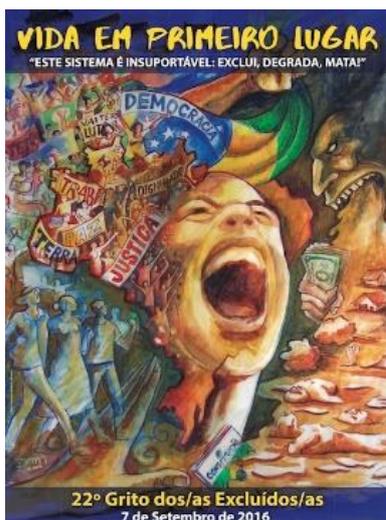
2015

Que país é este, que mata gente, que a mídia mente e nos consome?

O Grito se propôs a dialogar com a população, pautar as questões da violência, do extermínio da juventude negra e pobre, continuar o debate sobre o papel do Estado, da grande mídia e a democratização dos meios de comunicação. É necessário continuar a denunciar todas as injustiças e lutar por um futuro justo, solidário, sustentável e fraterno.



2016



Este sistema é insuportável. Exclui, degrada, mata!

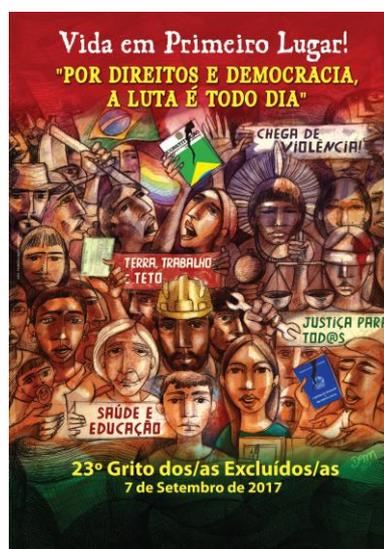
O lema do Grito nasceu, este ano, a partir de uma afirmação do Papa Francisco. É notório que nos momentos de crise, seja política, econômico-social, que estes sistemas não suportam as mulheres, os pobres, os negros, os excluídos da sociedade. O lema perpassa, então, pelas várias crises, inclusive a humanitária. Cada vez mais se vive em guetos, se alimenta a intolerância, se destroem os valores humanos. E a engrenagem do sistema passa por cima de quem não compactua com as regras de

sobrevivência e da própria vida em sociedade.

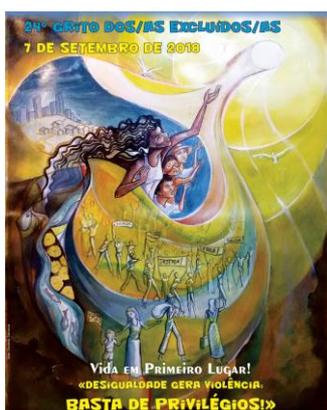
2017

Por direitos e democracia, a luta é todo dia

O lema reforça o próprio caráter coletivo e contínuo do Grito, lembrando que a luta é todo dia. Faz parte de uma construção, de um processo de reflexão, formação, organização e mobilização popular na perspectiva de uma nova sociedade.



2018



Desigualdade gera violência: Basta de privilégios!

O Brasil vive uma desigualdade social, cada vez maior, entre os poucos endinheirados e os milhões de despossuídos. Este sistema não permite que a Vida esteja em primeiro lugar, porque privilegia o capital. Diante disso, o Grito se constitui em um espaço onde as pessoas se sintam capazes de lutar pela mudança, através da organização, mobilização e resistência popular. O cartaz retrata a união dos marginalizados e do povo sofrido que luta por vida mais digna. Esse povo

unido caminha para o sol, que ilumina todas as classes. O sol para o qual esse povo se volta é Cristo que, pela Páscoa, dissipa todas as trevas e clareia todas as coisas. A força da MULHER como figura principal, como geradora da vida, que une as forças e luta com o povo sofrido, especialmente na atual conjuntura que vive o povo brasileiro.